

GRAU DE CONHECIMENTO E COMPROMETIMENTO COM OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS PARA OS TERCEIRO E QUARTO CICLOS PELOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA DE PETRÓPOLIS

Ana Paula Ramos Junqueira*
David Moreira Damico**
Rubem Machado Filho***

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal investigar qual a influência dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs de Educação Física sobre os conteúdos das aulas de professores formados antes e depois de sua edição. Pretende-se ainda mostrar como professores das redes pública e privada de Petrópolis utilizam as orientações contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física para formularem os conteúdos para suas aulas no segundo segmento do ensino fundamental e detectar qual o nível de influência dos PCNs de Educação Física em professores formados antes e depois da sua edição. Não se pretende neste estudo defender ou renegar o documento, apenas investigar em que aspectos as orientações influenciam os conteúdos das aulas dos professores de Educação Física em Petrópolis para os terceiro e quarto ciclos. Foi realizada uma pesquisa de campo que utilizou como instrumento questionários semiestruturados aplicados a 20 professores de Educação Física de Petrópolis, sendo 10 deles formados antes da edição dos PCNs e 10 formados após. Tanto para os formados antes quanto para formados após a edição dos PCNs, metade dos respondentes pertencia (5) à rede pública e a outra metade à rede privada de ensino. Os dados coletados tiveram um tratamento qualitativo e os resultados encontrados foram discutidos à luz dos autores com que o estudo dialoga. As hipóteses levantadas não foram confirmadas, visto que os PCNs não influenciam de formas diferentes professores formados antes e após a sua edição.

Palavras chave: Parâmetros Curriculares Nacionais. Educação Física. Ensino Fundamental.

*Graduação em educação física pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP/RJ) - Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro - RJ

**Pós-graduação em educação física escolar pela Universidade Gama Filho (UGF/RJ) - Prefeitura Municipal de Magé/RJ

***Mestrado em educação física pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP/SP)

ABSTRACT

The present study aims at investigating the influence of the National Curriculum - Physical Education NCPs on the contents of the classes of teachers trained before and after editing. The aim is also to show how teachers from public and private Petrópolis use the guidelines contained in the National Curriculum for Physical Education to formulate the content for their classes in the second segment of primary and detect what level of influence of NCPs Physical Education in trained teachers before and after editing. This study is not intended to defend or disown the document, just investigate what aspects influence the orientations of the contents of the classes of physical education teachers in Petrópolis for the third and fourth cycles. We conducted a field study that used semi-structured questionnaires as an instrument applied to 20 Physical Education teachers of Petropolis, 10 of which formed before the issue of NCPs and 10 formed after. For both formed before and after editing for graduates of NCPs, half of the respondents belonged (5) to the public network and the other half to private schools. The data collected had a qualitative treatment and the results were discussed in light of the study authors with dialogues. The hypotheses were not confirmed, since NCPs do not influence differently trained teachers before and after editing.

Keywords: *National Curriculum. Physical Education. Elementary School.*

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980 a Educação Física no Brasil passou por uma crise epistemológica que transformou a concepção pedagógica da disciplina. Esta crise foi de extrema relevância para a formação acadêmica e atuação do professor, visto que surgiram diversas abordagens de ensino, metodologias e sistematizações dos conteúdos que possibilitaram à Educação Física a reafirmação da condição de área do conhecimento científico.

Como exemplo prático dessas transformações, anos mais tarde, precisamente no mês de dezembro do ano de 1996, ocorreram inúmeras mudanças na legislação educacional brasileira, a nova LDB/96 foi considerada um avanço no que se refere a proporcionar autonomia às escolas, já que a mesma não impõe disciplinas obrigatórias. Na verdade, obrigatório para a instituição é construir seu próprio projeto pedagógico.

Foi na data 20 de dezembro de 1961 que se estabeleceu a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira. A Lei nº 4.024/61 ou LDB/61 apareceu como o resultado de uma longa discussão até chegar a um consenso, onde participaram do debate intelectuais de importantes instituições de ensino e representantes da educação de todo o país (BRASIL, 1961).

A Lei nº 4.024/61 comentava no art. 1º inspirada nos princípios de liberdade e solidariedade humana que tinha como um dos principais propósitos “A compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade” (BRASIL, 1961).

Os responsáveis por criarem tal Lei tinham por objetivo fazer documentos que propusessem atingir de forma positiva não só a escola, mas todo o contexto sócio econômico e cultural em que o indivíduo está inserido.

Segundo Castellani Filho (1998, p.5), a Educação Física foi incluída na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 4.024 de dezembro de 1961 - em seu artigo 22.

De acordo com Castellani Filho (1998, p.6) salienta que, de acordo com a LDB de 1961, a Educação Física tinha por finalidade valorizar as capacidades físicas dos jovens, “a necessidade do adestramento físico”. Concordando com o autor, entende-se que aquela Educação Física era utilizada para submeter os alunos às regras do sistema político que vigorava e, também, para a revelação de atletas.

Um passo importante para a educação brasileira foi dado com a promulgação no dia 11 de agosto de 1971 da Lei nº 5692/71 ou LDB/71, que teve por finalidade reformar e atualizar a antiga LDB/61.

Em 1988 já corria no Congresso Nacional o processo de tramitação da nova Lei de Diretrizes e Bases que foi apresentada pelo Deputado Federal Otávio Elfízio (PSDB/MG) e seu relator Jorge Hage (PDT/BA). O projeto foi aprovado em 13 de setembro de 1993 após receber 1.263 emendas. Entretanto, ao longo do tempo sofreu modificações entre políticos e populares e, reduzido pelo Senado, passou a conter 298 artigos. (GRAMORELLI, 2008, p.7).

No dia 20 de novembro de 1994 o relator Cid Sabóia (PMDB/CE) deu seu parecer e a comissão de educação do Senado aprovou o projeto de Lei nº 101/93. O Senador Darcy Ribeiro apresentou um substitutivo do projeto, demonstrando inconstitucionalidade em vários projetos. Em consenso, os Senadores apresentaram 91 artigos mais enxutos e menos detalhistas. O substitutivo Darcy Ribeiro no dia 14 de fevereiro de 1996 foi aprovado no plenário do Senado o Parecer nº 30/96 de Darcy Ribeiro. (*idem*, p.7).

Assim, contendo 92 artigos, a atual LDB (9394/96) foi sancionada pelo ex Ministro Paulo Renato de Sousa e pelo ex Presidente Fernando Henrique Cardoso, no dia 20 de dezembro de 1996, sendo publicada no Diário Oficial em 23 de dezembro de 1996. (BITTAR et al., 2008, p.19).

O presente estudo teve como objetivo principal investigar qual a influência dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs de Educação Física sobre os conteúdos das aulas de professores formados antes e depois de sua edição.

Pretendeu-se ainda mostrar como professores das redes pública e privada de Petrópolis utilizam as orientações contidas nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física para formularem os conteúdos para suas aulas no segundo segmento do ensino fundamental e detectar qual o nível de influência dos PCNs de Educação Física em professores formados antes e depois da sua edição.

MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo definiu-se como uma pesquisa qualitativa, a qual foi realizada utilizando-se uma incursão a campo para aplicação de um questionário semi estruturado aos professores de Educação Física das escolas da rede pública e privada de ensino escolhidas para este fim.

O pré-projeto de pesquisa foi apresentado ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Petrópolis (UCP), sendo aprovado conforme o número do protocolo 0012.0.395.000-11 em 18/05/2011.

O presente questionário foi validado após a apresentação deste a três professores com título de mestre, sendo 02 (dois) desses, mestres em Educação Física. Entretanto, um professor achou o questionário incompleto e sugeriu que na pergunta 06 (seis), fosse formulada uma questão aberta, e que a mesma tivesse o objetivo de mensurar se o professor respondente conhecia mesmo os PCNs.

Assim, o questionário foi composto por 05 (cinco) perguntas objetivas e 01 (uma) pergunta discursiva, com questões acerca dos Parâmetros Curriculares Nacionais para os 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental.

Às escolas participantes foi apresentado um termo de autorização que foi devidamente assinado pelo responsável pela Instituição e aos respondentes foi apresentado um termo de consentimento livre e esclarecido, que foi assinado e entregue ao pesquisador responsável.

Compôs o universo da pesquisa 05 (cinco) professores de Educação Física pertencentes à rede pública de ensino e 05 (cinco) da rede privada formados antes da edição dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física, além de 05 (cinco) de cada rede, formados após a edição da mesma, totalizando 20 (vinte) docentes para amostra da pesquisa.

A coleta de dados se deu entre março e abril de 2011 conforme o cronograma da pesquisa e objetivou verificar qual é a percepção dos professores quanto à relevância ou não dos Parâmetros Curriculares Nacionais para a prática docente. Os professores foram abordados no horário de expediente e na escola em que trabalham atualmente, respondendo de acordo com o que conheciam e acreditavam.

Foram omitidos os nomes das instituições e dos professores respondentes, sendo os mesmos substituídos por letras e números conforme legenda, para identificá-los quanto às instituições pertencentes e ao período de formação.

APRESENTAÇÃO DOS DADOS, ANÁLISE DA PESQUISA E DISCUSSÃO DO RESULTADO.

A seguir fez-se a análise dos dados obtidos nos questionários aplicados aos professores, sendo que as respostas foram categorizadas e apresentadas nas figuras 1, 2, 3, 4, 5 e 6. As categorias foram representadas nos eixos das ordenadas (horizontal) e as quantidades em porcentagem no eixo vertical.



FIGURA 1 - Você conhece os PCNs para a Educação Física no segundo segmento do Ensino Fundamental?

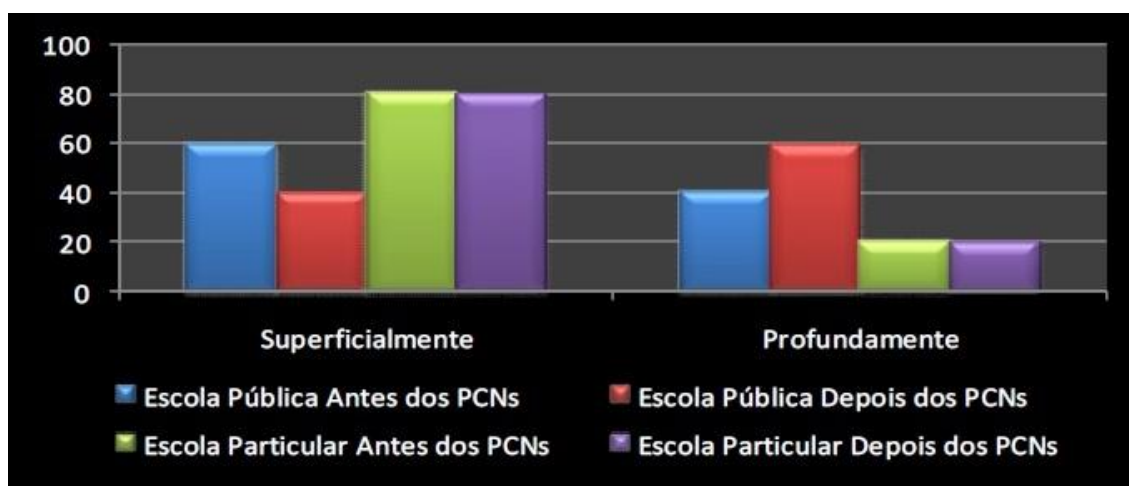


FIGURA 2 - Se você respondeu sim à pergunta 1, assinale qual o grau desse conhecimento: superficialmente ou profundamente.

Esta pergunta foi bastante questionada pelos entrevistados, pois não havia uma opção em nível de conhecimento intermediário. Diante disto, marcou-se a opção “superficialmente” como indicadora deste.

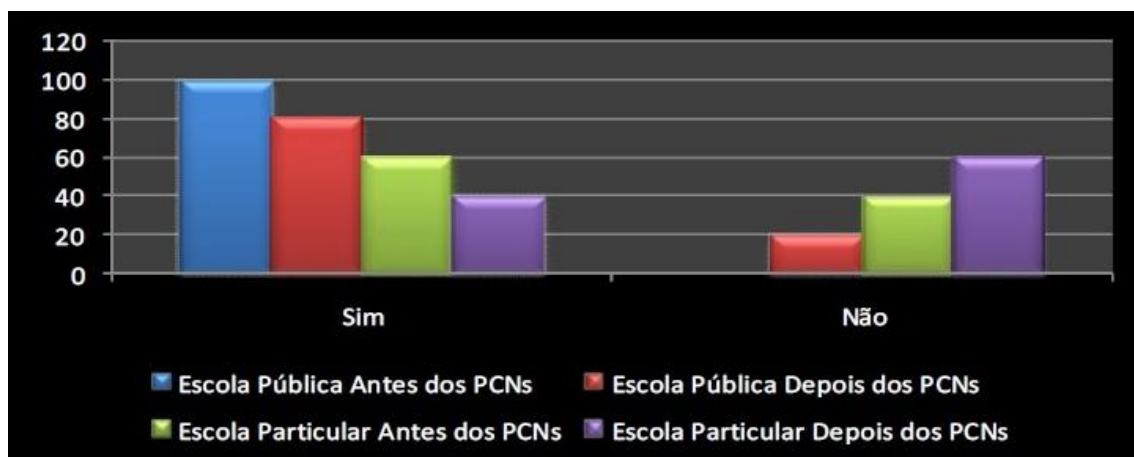


FIGURA 3 - Você utiliza como instrumento de orientação para determinar os conteúdos didáticos nas aulas que ministra?

Convém mencionar que um professor da rede de ensino particular formado antes dos PCNs que respondeu “não”, somente o fez, pois ao chegar a esta pergunta e perceber que se dissesse “sim”, teria que responder as outras perguntas, pediu outro questionário em branco e marcou a opção “não”.



FIGURA 4 - Se você utiliza, assinale abaixo por qual razão: por concordar com as propostas ou por imposição da instituição.

Vale ressaltar que apenas um entrevistado utiliza os PCNs por imposição da instituição. Desta forma, nota-se a falta de interesse e/ou preocupação das instituições tanto públicas quanto privadas em oportunizar e, principalmente, sugerir a utilização dos PCNs como uma das diversas maneiras de formação continuada para o professor, como este material.



FIGURA 5 - Caso você o utilize, de que maneira você o faz? (Como único instrumento de orientação; como um dos instrumentos, mas com o complemento de outros ou como complemento para outros instrumentos).

FIGURA 6 - Caso você utilize as propostas para educação física em suas aulas, de maneira subjetiva, aponte quais aspectos são relevantes para o desenvolvimento da Educação Física no segundo segmento do ensino fundamental.

Como esta pergunta é de caráter discursivo, a seguir serão transcritas as respostas de cada professor que serão designados por: “PuA” representando a escola pública antes do PCN, “PuD” representando a escola pública depois do PCN, “PaA” representando a escola particular antes do PCN e “PaD” representando a escola particular depois do PCN.

PuA1 – “O documento é de extrema relevância não só para a Educação Física, mas também para a sociedade, visto que os temas transversais, trabalho e consumo, meio ambiente e orientação sexual, contribuem de forma direta na vida cotidiana do aluno, ajudando-o a se formar como cidadão. O PCN extingue também a prática tecnicista, ampliando os conteúdos além dos esportes.”

PuA2 – “A possibilidade de ampliação do repertório motor a partir da valorização dos movimentos das danças, ginásticas, lutas e esportes procuram atribuir e desenvolver os sentidos dessas práticas, além do destaque em soluções de problemas que podem desenvolver criatividade e contribuir efetivamente para a autonomia.”

PuA3 – “O princípio de inclusão, salientado pelo PCN, ganha destaque em minhas aulas devido ao fato de o esporte ser naturalmente excludente.”

PuA4 – “- Desenvolvimento da autonomia;

- Desenvolvimento da cooperação;

- Ruptura com o tratamento tradicional dos conteúdos (questão da aptidão);

- Princípio da inclusão.”

Este professor, ao começar a responder o questionário disse conhecer “profundamente” os documentos, entretanto ao ler esta pergunta discursiva pediu outro questionário em branco e modificou a resposta para “superficialmente”, além de consultar o PCN para escrever os tópicos acima citados.

PuA5 – “O PCN possibilita trabalhar temas não relacionados às práticas corporais, como os temas transversais, demonstrando, assim, que a educação física pode ser reflexiva.”

PuD1 – “Os PCNs norteiam o trabalho do professor de educação física escolar e, com os seus princípios, facilitam a inclusão do aluno na aula. Possibilita que o professor saia da esportivização que há muito tempo acompanha a educação física escolar.”

PuD2 – “Segundo o PCN a proposta é proporcionar o maior número possível de atividades motoras, oferecendo a iniciação e a vivência em atividades rítmicas, desportivas, atividades de lutas, atletismo, entre outras. Com isso, o aluno pode vivenciar e ser orientado a praticar uma modalidade segundo as suas características, tendo um repertório motor adequado e melhorando sua qualidade de vida.”

PuD3 – Não respondeu a esta pergunta.

PuD4 – “A utilização dos temas transversais de modo geral, mas, principalmente, trabalho e consumo, educação sexual e meio ambiente”.

PuD5 – “- Temas transversais;

- Princípio da inclusão;

- Questão ambiental.”

Este professor também consultou o PCN discretamente.

PaA1 – Não respondeu a pergunta.

PaA2 – “Possibilitar a valorização das danças, lutas e esportes, ‘não ao tecnicismo’, o aspecto dos temas sociais e éticos”.

PaA3 – “Acho relevante trabalhar o PCN em minhas aulas porque ele me possibilita dialogar com os alunos questões além das normalmente discutidas na educação física, como os temas transversais, o ambientalismo, a inclusão, dessa forma, contribuir na formação do aluno como sujeito ativo”.

PaA4 – “Considero relevantes os aspectos lúdicos do brincar, resgatando jogos e brincadeiras de rua, de usos e costumes populares dentro das comunidades”.

PaA5 – “O PCN nas minhas aulas são relevantes, pois permite ao aluno o maior número de vivências corporais, facilitando assim, a prática educativa do professor. Os temas transversais são bem interessantes”.

PaD1, PaD2, PaD3, PaD4 – Não responderam a esta pergunta.

PaD5 – “Entendo o PCN como um instrumento de muita importância. Na minha prática com turmas do segundo secundário, ele está presente nas aulas. O que acho relevante é o trabalho misto, a implantação de noções de lutas, danças e os esportes de maneira não tecnicista”.

Segue a **FIGURA 6** baseada nas respostas à pergunta dissertativa:



FIGURA 6

Analisando as respostas transcritas, quanto aos professores formados antes dos PCNs, verificou-se que 60%, sendo 3 (três) professores de rede pública e 20%, sendo 1 (um) professor da rede privada, apresentam tendência a valorizar os aspectos de relevância social, a formação do professor e os temas transversais. Verificou-se também que 40%, sendo 2 (dois) professores da rede pública e 40%, sendo 2 (dois) professores da rede privada, enfatizaram a ampliação do repertório corporal como um facilitador da inclusão, sendo que 1 (um) desses professores da rede pública ainda diz “Não ao tecnicismo”. Além disso, 20%, sendo 1 (um) professor da rede privada defende ambas as questões. Também houve 20%, ou seja, 1 (um) docente da rede privada formado antes dos PCNs, que salientou trabalhar a proposta da ludicidade elencadas nos PCNs.

Quanto aos professores formados depois dos PCNs, constatou-se que 40%, sendo 2 (dois) professores da rede pública, ressaltam em suas respostas a questão à relevância social, à formação do professor e aos temas transversais. Verificou-se, também, que outros 40%, sendo 2 (dois) professores da rede pública e 20% 1 (um) da rede privada valorizam as práticas corporais como um facilitador para a inclusão.

Os professores que não responderam a última pergunta do questionário (discursiva) totalizam 6 (seis) docentes, sendo eles, 20% 1 (um) professor da rede privada formado antes dos PCNs, 20% 1 (um) professor da rede pública formado depois, e 80% sendo 4 (quatro) da rede de ensino privada formados depois da edição deste.

Quanto à recepção dos professores para esta pesquisa, não ocorreu conforme o esperado por mim, pois a maioria dos professores não deu credibilidade ao estudo, logo, esta atitude me surpreendeu, devido ao fato dos entrevistados serem docentes.

Dessa forma, pude observar que parte dos educadores não dá o devido valor a este tipo de trabalho de pesquisa, optando por respostas curtas e práticas. Tal atitude pode ser caracterizada possivelmente pela

comodidade dos mesmos, por fatores externos influenciando o estado de humor no momento do questionário, e/ou por demais situações.

Outro fator que permitiu a constatação deste descaso se deu pelo pedido de alguns professores para que a pergunta fosse lida em voz alta e a resposta da mesma ditada. Entretanto, principalmente os professores da rede pública formados antes dos PCNs, foram os que mais conversaram formalmente a respeito das propostas que os Parâmetros nos trazem e, além disso, os que admitiram utilizá-las mais frequentemente.

Já os professores da rede privada formados após a edição do documento se mostraram descomprometidos com as propostas, inclusive em uma das conversas um professor da rede particular disse: “Os Temas Transversais são bem interessantes, mas não sei bem como trabalhá-los em minhas aulas, por isso não utilizo”. Já outro professor também da rede privada comentou: “As propostas dos PCNs são impossíveis de trabalhar com o segundo segmento, eles querem mesmo é esporte, já tentei introduzir as danças, as lutas, mas eles não aceitaram bem, não funcionou”.

Percebeu-se também um desinteresse por parte dos professores formados depois dos PCNs, tanto da rede privada, quanto da pública na elaboração da resposta à pergunta discursiva, isto devido às palavras vagas e aos comentários genéricos, as respostas até tiveram coerência, porém, faltou interesse na elaboração da resposta quanto às opiniões pessoais.

É importante ressaltar que todos os entrevistados disseram conhecer os PCNs e que também nenhum dos professores os utiliza como único instrumento de orientação didática. Além disso, fica explícito nesta pesquisa que os docentes da rede de ensino público formados antes dos PCNs mostraram-se mais interessados e comprometido com a aplicação do mesmo, visto que suas respostas foram mais completas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos identificar as inovações trazidas pelos documentos oficiais Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física para o segundo segmento do Ensino Fundamental e verificar a relevância destes no cotidiano profissional do educador físico no município de Petrópolis.

Constatou-se que todos os entrevistados conhecem os documentos de Educação Física para o segundo segmento do Ensino Fundamental, no entanto, quanto à profundidade do conhecimento, ficou evidenciado que os educadores apresentam dificuldades em dar sua opinião sobre as propostas trazidas por este. Sendo assim, verificou-se através das respostas discursivas dos professores, que os mesmos demonstram uma “falsa ideia” de conhecer os PCNs.

Observou-se também, que a primeira hipótese levantada, que objetivava verificar se os PCNs influenciam de formas diferentes professores formados antes e após a sua edição, não foi confirmada, pois com as amostras da pesquisa de campo ficou claro que os documentos não influenciam de maneira diferente docentes formados antes e depois da implementação do mesmo, a diferença reside entre os professores da rede de ensino particular e pública, quanto à utilização do documento.

A segunda hipótese também não foi confirmada, isto porque todos os docentes de ambas as instituições têm visões razoavelmente parecidas em relação às propostas trazidas pelos Parâmetros Curriculares Nacionais e não diferenciadas como previa a hipótese.

Ficou evidente através dos dados coletados nessa pesquisa, que os professores pertencentes à rede pública formados antes da edição do documento, apresentam maior grau de conhecimento e comprometimento com os PCNs de Educação Física para o segundo segmento do Ensino Fundamental.

Enquanto surpreendentemente, os professores que figuram da rede particular de ensino formados após a edição dos documentos, se mostraram desinteressados quanto a utilização dos parâmetros, uma vez que, dos 5 (cinco) respondentes, somente um afirmou usá-lo durante sua prática docente.

Com isso, fica esta questão a ser desvelada pelo âmbito acadêmico, sugiro que sejam realizados novos estudos no sentido de buscar compreender por que os professores de Educação Física recém-formados atuantes na rede de ensino privada não utilizam os Parâmetros Curriculares Nacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no 4.024*. Brasília: Senado Federal, 1961.

CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: A história que não se conta*. São Paulo: Papirus, 1998.

_____, Lino. *Política educacional e educação física*. São Paulo: Autores Associados, 1998.

GRAMONELLI, Lilian Cristina. *O Impacto dos PCN na Prática dos Professores de Educação Física*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, 2007.

BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília. *Educação Superior no Brasil – 10 Anos Pós-LDB*. Brasília/DF: Inep, 2008.